

Ordem Econômica

'Conservadores' querem trocar petróleo por reforma agrária



Cardoso Alves (esq.) conversa com Roberto Campos, à saída do almoço

IGOR FUSER
Coordenador de Política da Sucursal Brasília

"Segure os seus radicais que eu seguro os meus" — este é, em essência, o recado que o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), de centro-direita, segundo o levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" em 19 de janeiro, levará hoje ao relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), de centro-esquerda, na busca de uma fórmula de consenso que evite o confronto entre "conservadores" e "progressistas" na votação do relatório da comissão, a partir da próxima sexta-feira.



A estratégia dos "conservadores" foi acertada ontem no hotel Cariton, em almoço que reuniu catorze constituintes, de diversos partidos, e representantes de entidades empresariais, entre os quais Flávio Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira. Os participantes decidiram fincar pé em suas posições sobre reforma agrária e o papel do Estado na economia. Em contrapartida, aceitaram um recuo em favor da manutenção do monopólio estatal do petróleo — uma tese particularmente cara às esquerdas.

"Não temos uma posição fechada sobre o monopólio", assegura Afif, conciliador. Ele afirma que, na reunião-almoço, os "conservadores" concordaram em desistir de comba-

ter o artigo do relatório que mantém o monopólio da União sobre "a pesquisa, a lavra, o refino, a importação e o transporte marítimo do petróleo". Com uma ressalva (que, segundo ele, o próprio Severo está disposto a acatar): o monopólio não se estende aos derivados.

Já na questão da reforma agrária o grupo se manterá intransigente: não aceita a proposta de imissão imediata de posse das terras desapropriadas. A posição que os "conservadores" vão levar até o fim é de que a imissão só tenha validade depois de resolvidas todas as eventuais pendências na Justiça. "E que só se faça reforma agrária em terras improdutivas" — enfatiza Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), de direita, um dos articuladores do bloco. Outro ponto de honra para os "conservadores" é atenuar ainda mais o item relativo à ação do Estado na economia, que o próprio relatório define como mera-

mente "supletiva" em relação à empresa privada.

Na verdade, o relatório de Severo já constitui, em si, uma tentativa de chegar a uma solução de compromisso. Exemplo prático dessa postura é a redação que o senador, conhecido por suas posições "nacionalistas", deu ao item que define a empresa nacional — uma definição extremamente abrangente, que já foi qualificada como "entreguista" por parlamentares de esquerda.

Afif admite e elogia a postura flexível adotada por Severo: "Ele não é radical", afirma. "Severo terá sensibilidade para procurar um acordo", reforça Marcos Lima (PMDB-MG), de centro, um dos líderes do grupo "Centro Democrático", que aglutina os peemedebistas "moderados". Graças a esse comportamento, Afif conseguiu demover alguns membros do grupo "conservador" que pretendiam apresentar-

um substitutivo revogando integralmente o relatório da Ordem Econômica. No almoço, decidiu-se que a questões divergentes serão objeto de emendas, a serem negociadas.

Desse modo, os partidários da negociação — de ambos os lados — tentam impedir que se repita o impasse ocorrido na votação das subcomissões de Princípios Gerais e da Reforma Agrária, há três semanas. Na primeira, o relatório do deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), de centro-esquerda, foi totalmente revogado pela maioria conservadora da subcomissão, que o considerava estatizante e esquerdista num grau intolerável. Na subcomissão da Reforma Agrária, a radicalização das posições fez com que fossem rejeitadas todas as propostas — de esquerda e de direita, virtualmente empatadas —, o que levou o relator da Ordem Econômica a elaborar seu projeto a partir do zero.

Família, Educação e Cultura

Evangélico pede censura classificatória

O deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), um dos constituintes do grupo dos parlamentares evangélicos, apresentou uma emenda ao substitutivo do relator da Comissão da Família, Educação, Ciência, Tecnologia e Comunicação, Artur da Távola (PMDB-RJ), propondo que o país adote a censura classificatória. Távola, em seu anteprojeto, acaba com a censura. Até o final da tarde de ontem, mais de setenta emendas haviam sido apresentadas. O prazo para apresentação de emendas se encerra hoje, às 12h. Também hoje, o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, fará um depoimento à comissão.

O presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), não gostou do substitutivo de Távola. "O filtro podia ter uma malha mais fina", disse o senador, fazendo contas: "Se cada um dos substitutivos apresentados nas oito comissões tiver os 55 artigos que constam do anteprojeto do Távola, a Constituição terá 440 artigos. Isso não existe". Gadelha quer uma Constituição com, no máximo, duzentos artigos. "O substitutivo é detalhista, repetitivo e tem pontos ambíguos", afirmou.

Távola, em seu substitutivo, afirma que "não haverá censura de qualquer espécie sobre livros, jornais, revistas e outros periódicos, filmes e vídeos,

peças teatrais e outras formas de expressão e espetáculo, cultura ou diversões públicas". Seu substitutivo diz ainda que "a ação do Estado, em relação às diversões e espetáculos, limitar-se-á a informar o público sobre a natureza, conteúdo e adequação da faixa etária; e, em relação à programação de telecomunicações, à indicação do horário e faixa etária". Ontem, nas reuniões que manteve pela manhã e à tarde, a comissão se limitou a ouvir o relator explicar detalhadamente seu anteprojeto. Hoje à tarde, Távola passa a trabalhar na redação de um novo parecer, já com as novas emendas, para apresentá-lo à votação.

Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Gasparian discorda da redação de Serra

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), 57, centro-esquerda, não concorda com a redação final dada pelo deputado José Serra (PMDB-SP), 45, centro-esquerda, ao relatório substitutivo da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças nas questões relativas aos depósitos de bancos estrangeiros instalados no Brasil, à redução do papel do Banco do Brasil e às funções da secretaria do Tesouro Nacional.

Gasparian esclareceu que vai propor uma "emenda intermediária" — entre a que sugeriu inicialmente e a que Serra usou para limitar a participação das instituições financeiras no mercado brasileiro — com regras "bem restritivas em relação aos depósitos". Ele queria que os bancos estrangeiros fechassem suas agências no país em um ano, e Serra subordinou essa definição a leis ordinárias, de acordo com o "interesse nacional, os acordos internacionais e critérios de reciprocidade".

Outra modificação que Gasparian tentará fazer no relatório de Serra é a transferência das funções de fomento do Banco Central para o Banco do Brasil, e não para a Secretaria do Tesouro Nacional como quer Serra. Gasparian quer "simplificar as relações entre o BC e o BB", conforme disse à Folha, deixando a este último a operacionalização dos recursos em poder da Secretaria do Tesouro.

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM

PRESENTES	AUSENTES
34 Congresso constituinte	534

PRESENTES	AUSENTES
Senado	não houve sessão

PRESENTES	AUSENTES
Câmara dos Deputados	não houve sessão

PRESENTES	AUSENTES
6 Assembléia Legislativa	78
18 Câmara Municipal	15

A PRESENÇA NAS COMISSÕES			
Soberania e Direitos do Homem		Organização do Estado	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
33	30	Não houve reunião	
Sistema de Governo		Organização Eleitoral	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
47	16	Não houve reunião	
Ordem Econômica		Ordem Social	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
37	26	Não houve reunião	
Família, Educação e Cultura		Sistema Tributário e Finanças	
Presentes	Ausentes	Presentes	Ausentes
33	30	30	33